**Discurso proferido por ocasião da posse como Procurador-Geral de Justiça do RS**

Assumo hoje o comando Institucional do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Junto com o orgulho, trago a consciência das responsabilidades inerentes ao cargo e do cenário de turbulência que impõe **grandes desafios**. Sei que muito há para fazer pelos interesses **verdadeiramente públicos**, **pelo acesso à justiça, pela igualdade perante a lei e pelo fim da impunidade**.

A legitimidade social do Ministério Púbico decorre da **eficiência** e **protagonismo** no atendimento das demandas sociais modernas, dos resultados alcançados pelo trabalho dos membros em prol dos objetivos da sociedade. Por isso, manter a aproximação do Ministério Público das demandas sociais será prioridade, concentrando esforços e recursos em áreas de grande impacto social como a segurança pública, a saúde, a educação, a sustentabilidade e a proteção social, sempre de forma organizada e estratégica com foco na resolução extrajudicial e preventiva.

Basta observar nossas principais (e tradicionais) áreas de atuação para se perceber a dimensão da atuação ministerial: Tribunal do Júri; criminal; patrimônio público, família, meio ambiente, urbanismo, consumidor, defesa e promoção dos direitos fundamentais e de plena inclusão, notadamente dos grupos vulneráveis como crianças, adolescentes, idosos, mulheres vítimas de violência, pessoas com deficiência. Muito há para ser feito.

Para tanto, é necessária a qualificação permanente de nossas estruturas **de planejamento e gestão**, tendo em vista o crescimento das demandas sociais sem o proporcional incremento na receita disponível para investimentos.

Dentre todos os desafios, três grandes enfoques merecem destaque.

Primeiro, é impossível, neste momento, estar alheio a situação nacional. O Brasil atravessa um momento político **extremamente delicado**, exigindo **prudência e equilíbrio** de todos aqueles que se preocupam com o futuro da nação. Crises de gravidade e profundidade ainda sem mensuração completa multiplicam-se nos campos político, institucional e, por conseguinte, econômico. E diante da explosão contínua e praticamente diária de novas revelações não há como ter o descortino minimamente previsível da cena futura. O país sangra, sofre como nunca as consequências de assaques produzidos pela união nefasta e muito antiga entre elites econômicas e políticas que **o** **afundaram irresponsavelmente**, ignorando o mínimo senso de respeito ao bem comum. A **corrupção** e a **incompetência** – e não o seu desvelamento e enfrentamento - produziram esse caos em termos de miséria e desemprego.

A corrupção tem impactos danosos em várias dimensões. Cito, apenas, as mais evidentes: 1) na dimensão econômica, ela é **anticoncorrencial**, distorce e contamina as dinâmicas de mercado, especialmente nas sensíveis áreas de contato entre Estado e o segundo setor (nas licitações, por exemplo), induzindo protagonismos hegemônicos de grupos, abusos do poder econômico e sobrepreços artificiais que reduzem a eficiência estatal, prejudicam  o cidadão consumidor e o bom empreendedorismo, impedindo o desenvolvimento econômico e reduzindo a competitividade do Brasil no cenário globalizado; 2) na dimensão social, a descapitalização do Estado, o subfinanciamento das políticas públicas, a falta de recursos para financiar programas sociais, o déficit nas prestações fundamentais, como saúde, educação, asssistência social e segurança  decorrem, **diretamente**, da inexistência dos recursos públicos desviados por atos corruptivos, **a corrupção, portanto, rompe  o ciclo da política pública concretizadora dos direitos fundamentais; no limite, a corrupção mata**!; 3) a corrupção, ademais, produz defintivos impactos na dimensão democrática. O quase institucionalizado 'caixa dois" (dinheiro não contabilizado),  os abusos do poder econômico e nosso modelo de financiamento privado de campanhas políticas, claramente indutor de relações pouco republicanas entre candidatos e financiadores,  flagrantemente interferem na livre manifestação da vontade popular, distorcendo o processo democrático e fragilizando nossa ainda jovem democracia.

Mas creio firmemente que há caminhos para um amanhã mais **limpo** e **justo** aos brasileiros. Todos as saídas, claro, só podem ter ponto de partida **a Constituição Federal e a independência das Instituições nos freios e contrapesos próprios da democracia**. Não há soluções fáceis, nem espaço pode haver (e a história nos mostra – Presidente Lamachia) para soluções de exceção. O caminho é Institucional e a prova disso é a operação lava-a-jato, que está fazendo um verdadeiro trabalho de limpeza da política brasileira através da atuação articulada de Polícia, do Ministério Público e do Poder Judiciário. O trabalho não pode parar e as instituições tem que funcionar: somente a **consolidação de uma cultura e de um histórico “institucionalizado” de combate a improbidade e a corrupção** poderão projetar o país no cenário internacional com credibilidade suficiente para renovar as esperanças das futuras gerações.

Dante Alighieri já sentenciou que “**os lugares mais quentes do inferno são reservados para àqueles que em tempo de crise escolheram a neutralidade**”.

O Ministério Público brasileiro está honrando sua missão e assumindo sua posição no desenlace das crises que se multiplicam no Brasil. Apresentou-se para o firme combate à corrupção, a proposição de paradigmas éticos essenciais e o esforço no desvelamento da verdade e na preservação do Estado de Direito fundamental para o aperfeiçoamento democrático.

Não nos omitiremos - **e esse é a segundo aspecto digno de ressaltar**, na luta pela garantia do exercício das liberdades públicas, como a liberdade religiosa, liberdade de expressão e liberdade de imprensa, valores essenciais da democracia.

Há no mundo, cada vez mais, especialmente depois do advento das redes sociais, tendências ao extremismo. A opinião própria, outrora uma virtude aplaudida, pois conotativa de cultura e de estudo, tornou-se um arremedo, uma ideia fixa que as pessoas adotam como arma de guerra contra quem quer que seja, amigos, familiares, colegas, desconhecidos. A certeza absoluta toma conta do debate que se torna raso, extenuante e pouco esclarecedor.

“*A tolerância dos ideais alheios – disse Ingenieros – é a virtude suprema daqueles que pensam. É difícil para os semi-cultos; inacessível. O que muito trabalhou para formar suas crenças, sabe respeitar as crenças dos demais. A tolerância é o respeito, nos outros, de uma virtude própria; a firmeza das convicções, reflexivamente adquiridas, faz estimar nos outros um mérito cujo preço se conhece*”.

Aliás, só não erra quem não pensa. Bismark:

“*Existem pessoas, em grande número, que não conseguem ter, durante sua vida, mais do que uma ideia e, por isso, não se contradizem nunca. Não pertenço a esta classe; eu aprendo da vida, aprendo enquanto vivo e, portanto, aprendo ainda hoje*”.

Num **terceiro** enfoque, a grande preocupação é com a segurança pública.

 Há **três décadas**, Hassemer já alertava que segurança pública, criminalidade e violência vinham adquirindo tanto na opinião pública quanto na percepção dos indivíduos uma importância crescente. Graves transgressões das leis penais e ameaças a bens jurídicos fundamentais infundem medo e revoltam.

 Hoje é constatação empírica que a criminalidade**, organizada e violenta**, ganha terreno diariamente frente às instituições legais e democráticas encarregadas de enfrentá-la; o sentimento de impunidade não raras vezes campeia célere na consciência dos delinqüentes e o clima de insegurança se alastra das cidades, grandes ou pequenas, ao campo.

 Não nos bastará aqui apenas olhar o passado. Apreendendo com os acertos e os erros, é preciso definir estratégias para incrementar e qualificar a nossa intervenção nesta seara.

 Assumimos a parcela de responsabilidade que nos cabe dentro do sistema e seremos, também nesse embate, protagonistas e parceiros da sociedade gaúcha. Além do enfrentamento cotidiano à criminalidade, já realizado na atuação dos promotores e procuradores de Justiça, iremos reforçar nossas ações de articulação e integração com os demais órgãos de segurança; reafirmar o compromisso do Ministério Público com a atualização e qualificação da legislação punitiva; e especialmente, aprofundar programas de cooperação interinstitucionais, sejam de intercâmbio ou de atuação operacional (grupos, forças tarefas), fazendo mais e melhor com a legislação que temos, buscando resolutividade pela soma das inteligências corporativas e não por disputas de protagonismos institucionais. A idéia é de compartilhamento de responsabilidades, atuação integrada e busca de resolutividade. O Ministério Público continuará fazendo a sua parte e indo além, fomentando redes de aproximação e atuação transinstitucionais, ciente de que segurança é direito de todos, mas, também, é dever e responsabilidade de todos.

 A redução da criminalidade violenta e da criminalidade organizada, portanto, serão pauta prioritária, diária, sempre presente em toda a sua extensão, para o Ministério Público gaúcho.

Mas hoje é dia de agradecer: a todos os parceiros desta caminhada, amigos, Colegas, **muito, muito obrigado**! Aos meus pais, Hernildo e Jussara, que nunca me faltaram, paradigmas de solidariedade, carinho e amor pelo trabalho; aos meus filhos Pedro Augusto (que cresceu tão rápido durante essa caminhada), Gabriela e Rafaela, **tenho a esperança de que vocês irão viver num mundo melhor e a certeza de que ajudarão a construí-lo**; a Paula, faço deste espaço a oportunidade para dizer mais uma vez (e nunca é demais) da minha admiração e meu amor por você!

Meu amigo, Dr. Marcelo Lemos Dorneles! Homem de posições firmes, mas aberto ao diálogo. Assim Vossa Excelência, primeiro promotor de Justiça PGJ conduziu e fez a Instituição avançar em tempos de extrema dificuldade. Muito aprendi, e com certeza muito aprenderei no desafio que novamente enfrentaremos, lado a lado, nos próximos dois anos. Muito obrigado!

Meus colegas promotores e procuradores de Justiça, que me honraram maciçamente com sua confiança na eleição para lista tríplice; servidores do Ministério Público: nossos antecessores nos deixaram uma Instituição respeitada, com assento constitucional, postada ao lado dos Poderes da República, dotada de autonomia e independência. Saberemos respeitar essa herança, identificando e revivendo os valores que nos fizeram dignos do respeito da Nação.

Nesta quadra da história, para prepararmos o futuro e legarmos um Ministério Público forte e atuante às gerações posteriores necessitamos **de coesão, atuação proativa e resposta célere e resolutiva às pressões advindas da sociedade**. Para tanto, a liderança institucional deve atuar em sintonia com a base e com as demandas contemporâneas, em permanente troca de ideias e conteúdos com o conjunto dos órgãos do Ministério Público. Falo da Corregedoria-Geral, do órgão Especial, do Conselho Superior e, principalmente, dos órgãos de execução. **Eficiência nos exercício da atividade fim**, **respeito à tradição, valorização da democracia interna e mobilização permanente da classe** são o horizonte certo para manter o entusiasmo na atuação institucional, qualidade indispensável para o exercício dos altos deveres que nos foram confiados pela Constituição.

Mãos à obra! A missão, como vimos, é ainda gigantesca. Se cada um meter bem a mão na consciência por certo que tremerá da perspectiva. Mas Rui Barbosa lembrava que “*o tremer é próprio dos que se defrontam com as grandes vocações e são talhados para as desempenhar. O tremer, mas não o renunciar; o tremer, mas não o desacorçoar; o tremer com o empreender, o tremer com o ousar. Ousai, reagi e havereis de ser bem sucedido*”.

De minha parte, não exigirei de ninguém nada que já não tenha pessoalmente feito, não faça ou não tenha a disposição de fazer pelo Ministério Público. Humildemente assumo: não tenho todas as respostas aos graves problemas. Mas tenho, posso assegurar, a disposição de ouvir a todos com respeito e tolerância para que possamos construir um consenso possível e necessário. **Há muitas ideias, mas um só Ministério Público.**

No célebre discurso em Paris, em Paris, ano 1910, Roosevelt afirmava:

“***Não é o critico que conta****; não o homem que aponta como o homem forte tropeça ou onde o fazedor de ações poderia ter feito melhor.* ***O crédito pertence ao homem que está realmente na arena****, cuja face está manchada de poeira, suor e sangue; que se esforça valentemente, que erra, que ‘quase chega lá’ repetidamente, porque não há nenhum esforço sem erro ou falha.*

*Mas quem realmente se esforça para fazer as obras; que conhece grande entusiasmo e devoção; que se consome numa causa digna; que no melhor dos casos conhece no final o triunfo da alta realização e que, no pior dos casos, se falhar, pelo menos falhará tendo ousado, de modo que seu lugar nunca estará com aquelas almas frias e tímidas que não conhecem a vitória nem a derrota*”.

Por fim a**o povo gaúcho** posso assegurar que o Ministério Público seguirá cumprindo sua missão de forma cada vez mais **eficiente**, **independente** e **resolutiva** na defesa dos interesses do Rio Grande do Sul e de sua população.

**Muito obrigado!**